

O resgate da confiança

O brasileiro acredita em anjo da guarda. Acredita também em santos, gnomos, fadas e duendes, mais do que nas instituições, segundo mostrou pesquisa feita há menos de um ano. Outra pesquisa, esta realizada no Rio na semana passada pelo instituto Data-brasil, revelou que 75% das pessoas que compareceram às urnas nas últimas eleições já não se lembram em quem votaram para deputado ou senador. Isso quando o cidadão se dá ao trabalho de votar. O índice de abstenção na última eleição foi elevado apesar do voto ser obrigatório: 11%. Ou seja, a descrença na instituição é tão grande que a maioria da população, quando vota, não acompanha o desempenho de seus eleitos e até se esquece quem eles são. "O ato de representação no Brasil é um átimo e não se perpetua ao longo do mandato", comentou Paulo Tafner, diretor do instituto. O perigo dessa crise de representação é que ela desemboca na crise de credibilidade do Congresso e abre o flanco para que deputados como Jair Bolsonaro se desvirtuem a ponto de pregar o fechamento do Congresso.

No Brasil, poucas pessoas têm o hábito de fiscalizar seus representantes no Congresso. Nos Estados Unidos, se o parlamentar se desvia um centímetro da sua plataforma de campanha, recebe enxurradas de cartas de protesto. Quando Bill Clinton escolheu Zoe Baird para ocupar a Secretaria de Justiça, o Senado estava prestes a confirmá-la, mas teve que recuar — os senadores passaram a receber dezenas de telegramas e telefonemas de eleitores. Eles protestavam contra a nomeação para a Justiça de uma pessoa que já tinha empregado em sua casa estrangeiros ilegais. É interessante lembrar que lá o mandato de deputado é de dois anos e o voto é distrital. Significa que o parlamentar está em permanente campanha e que tem uma relação mais estreita com a comunidade que o elegeu.

A discussão da reforma eleitoral — o princípio da proporcionalidade, o sistema misto de representação, o voto distrital — é um caminho obrigatório para o aperfeiçoamento do sistema político e para o restabelecimento da credibilidade do Legislativo. No Brasil, como o deputado tem quatro anos de mandato, a crise de representação torna-se mais grave porque é mais longo o intervalo entre a escolha de novos representantes.

Mas embora seja vulnerável, o sistema eleitoral não é frágil. Prova disso é que apesar do poder e da quase onipotência dos governos militares, eles tiveram que se mobilizar para alterar esse sistema a fim de que ele não representasse risco de contestação ao regime. Foi esse o objetivo da elaboração em abril de 1977 de um pacote eleitoral: para evitar que brotasse no Congresso contestação ao governo, criaram-se medidas como a instituição do senador biônico e a quebra da proporcionalidade na representação parlamentar.

Os pequenos estados passaram a ter maior representatividade na medida em que seriam necessários, por exemplo, apenas 10 mil votos para que o Acre fizesse um deputado, enquanto São Paulo precisaria de 40 mil. E assim é até hoje. O maior peso de representação de regiões onde há mais facilidade de controle — onde os chamados currais eleitorais substituem a opinião pública das grandes cidades — reflete no perfil do Congresso. Uma maneira de corrigir essa distorção é, num primeiro momento, restabelecer o princípio da proporcionalidade. Depois se passa à discussão das outras questões.

Quanto à credibilidade dos parlamentares, o processo de depuração é inevitável. Apesar de não haver uma sondagem mais ampla sobre o assunto, sabe-se que é crescente o índice de não-reeleição de parlamentares. Na indústria do turismo costuma-se medir o sucesso de acordo com a taxa de reincidência do turista num determinado local turístico. Em outras palavras, mais importante do que o volume do turismo é a volta do mesmo turista. Isto prova que os serviços foram aprovados.

Da mesma maneira, os parlamentares passam por uma seleção natural, embora com um intervalo de quatro anos. E mesmo nas assembleias estaduais e câmaras municipais o fenômeno está acontecendo: mau representante volta cada vez menos.

Reformar o sistema político é fundamental. Acompanhar o desempenho dos parlamentares também. Acreditar em anjo da guarda não faz mal a ninguém. Fadas e duendes também são bem-vindos. Mas para o bem das instituições democráticas é preciso reformar o sistema político para que o cidadão acredite também no Congresso e nos deputados e senadores que escolheu ou vier a escolher.